

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.ª Nº 03_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Cabo Verde, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada “**Enapor**” ou “**Cliente**”;

E

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A., com sede na Avenida Eng.º Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa, Portugal, NIPC 501776311, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de 500.000 Euros, neste ato representada pelo Dr. **João Carlos Henriques Gomes Ferreira**, Presidente do Conselho de Administração e pelo Dr. **Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes**, portador do cartão do cidadão n.º 10328850, emitido pelo arquivo de identificação civil de Lisboa, titular do NIF: 212294938, na qualidade de Sócio e Administrador, ambos no uso das respetivas competências estatutárias, adiante designada por “**Deloitte**”;



Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o Concurso Restrito (N. °11_GPEnapor_2021) para formação do Contrato de Prestação de Serviços Profissionais de Auditoria Externa às contas da Enapor do Ano de 2021.
- b) A minuta do Contrato de Prestação dos Serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;
- c) O júri do procedimento deliberou, por unanimidade, no dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, propor adjudicação do contrato à empresa **Deloitte & Associados, SROC S.A.**, tendo em conta a proposta de prestação de serviços a apresentada a 7 de outubro de 2021 ("**Proposta**"), pondo assim termo ao Concurso Restrito N. ° 11_GPEnapor_2021.

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente Contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

(Definições)

- (a) **Deloitte:** Refere-se à sociedade Deloitte & Associados, SROC S.A.;
- (b) **Enapor:** Respeita à sociedade identificada na proposta, sendo que a sociedade signatária declara e garante que tem poderes e autoridade para (i) assinar o Contrato e (ii) obrigar as demais;
- (c) **Resultados:** Respeita aos resultados produzidos pela Deloitte ou pelos Subcontratados para entrega ao Cliente no âmbito dos Serviços.



Cláusula 2ª

(Objeto do Contrato)

O Contrato tem por objeto a prestação, pela Deloitte à Enapor, de serviços profissionais de auditoria externa às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos termos estabelecidos na Proposta, a qual faz parte integrante do mesmo como "Anexo I" (adiante "**Serviços**").

Cláusula 3ª

(Âmbito e pressupostos)

1 -Para o cumprimento do disposto na cláusula anterior cabe à Deloitte proceder ao seguinte, conforme descrito ao detalhe na Proposta:

- a) Auditoria das demonstrações financeiras individuais da Enapor, em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, demonstrações financeiras essas que serão elaboradas em conformidade com as Normas de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro ("**SNCRF**");
- b) Efetuar uma análise da adequabilidade e operacionalidade dos procedimentos contabilísticos e do sistema de controlo da Enapor, no âmbito da auditoria, com a finalidade de identificar um conjunto de recomendações com vista à melhoria dos sistemas vigentes e noutras áreas.

2 -Em resultado da prestação de serviços de auditoria, serão emitidos os seguintes relatórios, conforme descrito ao detalhe na Proposta Técnica:

- a) Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras da Enapor para o exercício findar em 31 de dezembro de 2021;
- b) Relatório de Recomendações relativas aos resultados da auditoria, contendo observações sobre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno.



Cláusula 4ª

(Prazo)

Para os devidos efeitos, a Entidade adjudicante, informa que as contas serão encerradas a 31 de janeiro de 2022, e em termos de calendarização legal prevista para o fecho de contas, os serviços deverão ser concluídos, impreterivelmente, até o dia 25 de março de 2022, período em que igualmente deverá ser entregue o relatório final.

Cláusula 5ª

(Equipa)

1 -Ambas as partes acordam em identificar os respetivos membros da equipa com antecedência razoável para o cumprimento dos prazos acordados.

2 -A Deloitte é responsável por designar e alterar o seu pessoal afeto à prestação dos serviços e, havendo necessidade de alterar qualquer profissional relevante envolvido na prestação dos serviços, dará atempadamente conhecimento desse facto a Enapor.

3 -No decurso da prestação de serviço objeto do presente contrato e pelo período de 2 (dois) anos a contar do respetivo termo por qualquer motivo, cada uma das partes compromete-se a informar a outra da sua intenção de contratar um ou mais colaboradores da outra afetos à prestação dos serviços, com um aviso prévio de 6 (seis) meses sobre a data de contato com o colaborador. Qualquer contratação efetuada presume-se feita por iniciativa da Enapor ou da Deloitte, consoante o caso, e não do colaborador.

4 -Caso tal dever de informação não seja cumprido, a Parte incumpridora pagará à outra, a título de cláusula penal, e a partir data em que esta tiver conhecimento da celebração, nos termos indicados anteriormente, de um contrato de trabalho ou de prestação de serviços ou qualquer outro tipo de contrato com o mesmo fim, o montante que vier a ser acordado entre as partes, com o limite máximo dos honorários acordados para os serviços no âmbito deste contrato.

Cláusula 6ª

(Local)

1 -Os serviços serão prestados nas instalações da Enapor, compreendendo também deslocações para os Portos da Praia, Ilha Santiago e Porto Palmeira, Ilha do Sal.



2 -A Deloitte, incluindo os seus responsáveis, colaboradores e consultores para a prestação dos serviços e, bem assim, sempre que necessário, os subcontratados, terá, quando aplicável, acesso, total e imediato, às instalações da Enapor durante o respetivo período normal de funcionamento.

3 - A Enapor deverá assegurar que a Deloitte terá espaço de trabalho suficiente e adequado à prestação dos serviços pelos seus referidos colaboradores, incluindo serviços de secretariado, fotocópias, impressão e comunicação (telefone, fax e internet).

Cláusula 7ª

(Resultados)

1 -No âmbito dos serviços prestados, a Deloitte pode discutir ideias oralmente com a Enapor, bem como apresentar versões preliminares. Uma vez que essas versões e informação oral devem ser emitidas no final e confirmados pela Enapor, a versão final substitui quaisquer versões preliminares, não sendo a Deloitte responsável se a Enapor ou terceiro optarem por confiar, atuar ou não atuar com base nas mesmas.

2 -Os resultados e, conseqüentemente, os serviços serão considerados aceites pela Enapor com a receção da versão final, não se comprometendo a Deloitte em atualizá-los na sequência de factos que ocorram após a data da entrega dos mesmos.

Cláusula 8ª

(Honorários e Despesas)

1 -Pela prestação dos **Serviços**, serão pagos à Deloitte, o montante global de 38.000,00 euros **dos honorários que se fixam em € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros)**, valor líquido da totalidade das quantias a título de impostos, taxas e outras imposições que a Deloitte seja obrigada a liquidar na República de Cabo Verde, no âmbito da prestação dos Serviços.

2 - Acrescem despesas respeitantes à deslocação por avião (Lisboa/São Vicente/Lisboa), outras despesas de transporte em Cabo Verde, incluindo voos interilhas, bem como despesas de hotel em Cabo Verde e ajudas de custo diárias por técnico e por cada dia de presença em Cabo Verde. **A estimativa de custos para essas despesas deverá ascender a 13.000 (treze mil euros).**

3 -Os honorários estabelecidos no ponto 1 serão faturados nas seguintes condições:

- a) 10% com o início dos trabalhos preliminares;



- b) 40% com o início dos trabalhos finais;
- c) 50% com a conclusão do trabalho e emissão do relatório de auditoria.

4 - As despesas estabelecidas no ponto 2 serão faturadas à medida que forem incorridas.

5 -A Enapor compromete-se em pagar os honorários e as despesas, faturados nos termos nos números anteriores, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão das respetivas faturas.

6 -Em caso de mora, a Deloitte poderá suspender qualquer tarefa/trabalho em curso, ou futuro, no âmbito dos serviços contratados enquanto a Enapor não proceder ao pagamento integral das faturas em dívida e respetivos juros ou cessar, total ou parcialmente, a prestação dos serviços.

5- Se a Enapor questionar parcialmente uma fatura deverá, por este facto, notificar a Deloitte no prazo de 15 (quinze) dias e pagar a parte não contestada na data do seu vencimento.

Cláusula 9ª

(Documentos)

Fazem parte deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente as propostas técnica e financeira de 7 de outubro de 2021 apresentada pela Deloitte, o caderno de encargos do concurso e os esclarecimentos.

Cláusula 10ª

(Responsabilidade)

1 -A Deloitte não será responsável por quaisquer prejuízos, valores, perdas, danos, custos ou despesas resultantes ou relativos ao presente contrato por um montante agregado superior aos honorários recebidos no âmbito do contrato, exceto em caso de negligência grosseira ou dolo.

2 - Em caso algum será a Deloitte responsável por perdas incorridas em resultado de perda de uso, contratos, dados, goodwill, receitas ou lucros ou danos, perdas ou despesas consequenciais, especiais ou indiretos em relação ao contrato.

3 -Caso as disposições desta cláusula sejam judicialmente determinadas como total ou parcialmente inaplicáveis a responsabilidade agregada da Deloitte por qualquer dano não excederá o montante proporcional provocado pelo seu exclusivo incumprimento.



4 - A Deloitte responde apenas perante a Enapor devidamente identificada no contrato, a quem os Resultados expressamente se destinam.

5 -O limite de responsabilidade previsto no nº1 aplica-se em conjunto a todos os danos que sejam identificados em relação aos serviços prestados, mesmo que sejam identificados em tempos diferentes.

6 -O limite de responsabilidade previsto no âmbito do presente contrato aplica-se a quaisquer ações contra qualquer Entidade Deloitte, incluindo subcontratados, se e quando for judicialmente determinada a respetiva responsabilidade.

7 -Salvo disposição legal em contrário, o direito de acionar judicialmente no âmbito do presente contrato prescreve no prazo de 3 (três) anos a contar da data em que a causa da ação seja legalmente determinável.

8 -A Enapor indemnizará e salvaguardará a Deloitte, e qualquer Entidade Deloitte, de ações de terceiro que resultem de qualquer ato ou omissão da Enapor ou incumprimento de obrigações por parte da Enapor no âmbito do presente contrato, exceto se for comprovado que resultou de negligência grosseira ou dolo da Deloitte ou qualquer Entidade Deloitte.

Cláusula 11ª

(Alterações, Subcontratação e Cessão)

1 -Quaisquer alterações ao contrato dependem de acordo escrito a celebrar entre as partes, que deverá contemplar, designadamente, o impacto da alteração sobre os prazos, serviços e/ou os honorários acordados, se aplicável.

2 -Se, em resultado da alteração, a natureza dos serviços solicitados assim o justificar, a Deloitte poderá reencaminhar a sua execução para outra sociedade da Rede Deloitte ou subcontratá-la para o efeito.

3 -A Deloitte poderá subcontratar terceiros no âmbito do presente contrato, notificando a Enapor com a antecedência razoável.

4 -Nenhuma das partes poderá ceder ou transferir a sua posição contractual sem o consentimento expresso da outra, sem prejuízo de a Deloitte poder ceder os seus direitos e obrigações aqui previstos para outra Entidade Deloitte ou sucessor.

5 -Nenhuma das partes pode, direta ou indiretamente, ceder ou transferir para outra qualquer ação de terceiro relativo ao presente contrato.



Cláusula 12ª

(Cessação)

1 -Qualquer das partes pode fazer cessar o contrato com aviso prévio escrito enviado à outra após a ocorrência, nomeadamente, de qualquer dos seguintes eventos: (i) incumprimento de qualquer obrigação contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de receção do aviso prévio; (ii) insolvência ou falência da outra parte; (iii) deliberação de dissolução liquidação (com exceção de reconstituição ou fusão); (iv) ordem administrativa, arresto, penhora de bens da outra parte; (v) acordo de credores, plano de recuperação judicialmente estabelecido ou de proteção de credores; ou (vi) qualquer evento análogo ao estabelecido de (ii) a (v) na jurisdição competente.

2 -A Deloitte pode fazer cessar o presente contrato, total ou parcialmente, com efeitos imediatos à data da notificação se (i) entidades governamentais, reguladoras ou outras com força de lei hajam introduzido uma norma nova ou modificado uma norma existente que determine a impossibilidade de a Deloitte cumprir qualquer parte do contrato por tornar-se uma prática ilegal, ilícita ou em conflito com as normas profissionais ou de independência, ou (ii) se uma alteração das circunstâncias (incluindo, sem limitar, uma alteração da titularidade da propriedade da Enapor) determinar que o cumprimento de qualquer parte do contrato seja ilegal, ilícito ou em conflito com as normas profissionais ou de independência.

3 -Com a cessação do presente contrato, por qualquer razão, a Enapor pagará à Deloitte os honorários devidos pelos Serviços prestados e despesas incorridas até à data da cessação.

4 -Em qualquer caso, nenhuma das partes será responsável por atrasos ou incumprimentos decorrentes de factos ou circunstâncias de força maior, desde que notifique, assim que for possível, a contraparte em conformidade com a lei.

Cláusula 13ª

(Confidencialidade)

1 -A parte recetora compromete-se a não divulgar, sem o consentimento da parte divulgadora, qualquer informação confidencial da sua propriedade que seja comprovada ou que por natureza constitua informação confidencial ("**Informação Confidencial**").



2 -No âmbito do presente contrato, a parte divulgadora autoriza a parte recetora a divulgar Informação confidencial (i) aos fornecedores responsáveis pelos serviços de suporte, administrativo ou de infraestrutura, bem como qualquer Entidade Deloitte e respetivo pessoal (incluindo Subcontratados), desde que estes se comprometam por escrito aos mesmos deveres de confidencialidade perante a Enapor), (ii) aos seus consultores legais, auditores, seguradoras ou (iii) sempre que seja requerido por lei, regulamento, processo judicial ou administrativo, em resposta a inquéritos governamentais, ou de acordo com as suas regras profissionais, bem como em relação a qualquer mediação, arbitragem, ou litígio.

3 -A obrigação de confidencialidade não se aplica caso a Informação confidencial (A) se torne pública (incluindo, sem limitar, qualquer informação submetida a qualquer agência governamental) desde que não seja por culpa da parte recetora; (B) seja colocada á disposição da parte recetora numa base não confidencial, por qualquer fonte que não seja a parte divulgadora e que não suscite proibição de divulgação;(C) seja conhecida da parte recetora antes de ser divulgada pela parte divulgadora sem obrigação de confidencialidade; ou (D) seja desenvolvida pela parte recetora independentemente de qualquer Informação confidencial divulgada pela parte divulgadora.

4 - A Enapor não divulgará a qualquer terceiro os serviços ou os resultados sem autorização expressa por escrito da Deloitte, salvo se (i) a divulgação for feita em cumprimento da lei; (ii) a Enapor divulgá-lo aos respetivos fornecedores que prestem serviços no âmbito do contrato, exclusivamente para efeitos de informação, desde que este assegure que os recetores cumpram os deveres de confidencialidade e não acionem qualquer Entidade Deloitte em relação aos mesmos.

5 - A Enapor pode criar materiais com base no conteúdo dos serviços ou dos Resultados, bem como usar ou divulgar os mesmos para efeitos externos, desde que não atribua, expressa ou implicitamente, a autoria desses materiais à Deloitte ou seus Subcontratados.

6 - A Enapor não divulgará a nenhum terceiro os serviços ou os resultados, sem a autorização expressa por escrito da Deloitte salvo se (i) for em cumprimento do n.º 2; (ii) a Enapor tiver ações registadas na *United States and Exchange Commission* e qualquer Entidade Deloitte for sua auditora, caso em que não se aplicam as restrições



do disposto n.º2, reconhecendo a Enapor que nenhum dos seus outros consultores as poderá impor(iii) o *United States Internal Revenue Code* e o guia do *Internal Revenue Service* relativo a *tax shelters* (ou regime comparável aplicável pelas autoridades em outras jurisdições) assim o determinar ou (vi) a legislação ou regulamento em qualquer jurisdição impuser o dever de informar a administração fiscal sobre determinados acordos ou transações fiscais.

7 -Os serviços e os resultados só podem ser utilizados para os fins a que se destinam nos termos do presente contrato, não podendo a Enapor usá-los para outros fins, incluindo sem limitar, para a tomada de decisões de gestão, negócio de terceiro ou publicidade.

8 -A mera receção de quaisquer resultados por qualquer terceiro não cria nenhum dever de cuidado, relação profissional ou qualquer responsabilidade futura, de nenhum tipo, entre esse terceiro e a Deloitte. Consequentemente, as cópias dos resultados (ou qualquer informação proveniente) podem ser fornecidas, sujeitas nos n.ºs. 2 e 3 ou, em alternativa, sem que a Deloitte fique obrigada a qualquer dever de cuidado ou responsabilidade perante esse terceiro.

9 -A Deloitte pode reter cópias de documentos e ficheiros fornecidos pela Enapor em relação aos Serviços para efeito de cumprimento das regras profissionais e normas internas de arquivo.

Qualquer documento ou ficheiro retido pela Deloitte no termo da prestação (incluindo documentos que legalmente pertençam à Enapor) pode ser destruído de acordo com as rotinas e políticas da Deloitte.

Cláusula 14ª

(Dados Pessoais)

1 -As partes ficam obrigadas a cumprir com a Legislação de Proteção de Dados em caso de tratamento de dados pessoais no âmbito do presente contrato, assegurando à Enapor que quaisquer dados pessoais fornecidos à Deloitte foram recolhidos de forma legal, justa e transparente, de modo a permitir que sejam tratados por esta, e pelas demais entidades aqui previstas, para todas as Finalidades.

2 -As partes reconhecem, ainda, que os dados pessoais podem ser divulgados e tratados por entidades da rede Deloitte, prestadores de serviços da Deloitte e autoridades competentes para uma ou mais Finalidades.



3 - Os dados pessoais também podem ser objeto de tratamento por terceiros na medida do razoavelmente necessário no âmbito das finalidades. O tratamento de dados pessoais referidos nesta cláusula pode envolver a transferência de dados pessoais de países terceiros, na aceção do RGPD, onde o nível de proteção de dados pessoais pode ser menos exigente.

4 - A Enapor concede uma autorização geral à Deloitte para contratar outros subcontratantes no tratamento de dados pessoais, comunicando esse facto a Enapor quando aplicável.

5 - A Enapor, enquanto responsável primário pelo tratamento de dados pessoais como parte dos serviços, notificará a Deloitte caso necessite da sua assistência nos termos da legislação prevista para tratamento de dados. A Deloitte poderá faturar a Enapor os custos razoáveis incorridos na assistência.

6 - Para além das condições aqui previstas, a Deloitte pode tratar os dados pessoais nos termos da política de privacidade da Deloitte disponível em <https://www2.deloitte.com.pt/pt/> ("**Política de Privacidade**"), devendo a Enapor assegurar que a mesma seja dada a conhecer aos seus colaboradores e terceiros relevantes.

7 - Nenhuma das partes poderá utilizar o nome da outra, marcas, nomes comerciais, logotipos e outros sinais distintivos do comércio, sem o prévio consentimento.

8 - Para efeito da presente cláusula e conforme previsto no RGPD (i) "**Dados Pessoais**" significa

9 - Qualquer dado pessoal relativo a pessoa singular identificada ou identificável objecto de tratamento no âmbito dos serviços e de acordo com a RGPD; (ii) "**Legislação de Proteção de Dados**" significa a seguinte legislação, na medida aplicável: a) leis nacionais de implementação da Diretiva de Proteção de Dados (95/46/EC) e da Diretiva de Privacidade e Comunicações Eletrónicas (2002/58/EC); b) o Regulamento Geral da Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 ("**RGPD**"); e c) qualquer outra lei nacional de privacidade; (iii) "**Responsável Pelo Tratamento**" significa uma pessoa singular ou coletiva que, individualmente ou em conjunto com outras entidades, determina as finalidades e o meios do tratamento de dados pessoais; (iv) "**Subcontratante**" significa uma pessoa singular ou coletiva que trate dados pessoais por conta do responsável pelo

tratamento; (v) “**Tratamento**” significa uma ou mais operações efetuadas sobre dados pessoais, nomeadamente utilização, recolha, registo, organização, conservação, alteração, recuperação, divulgação disponibilização, comparação, interconexão, destruição.

Cláusula 15ª

(Autoria, Propriedade & Aprovação dos Resultados)

1- Com o pagamento de todos os honorários devidos por conta do presente contrato e nos termos aqui previstos, a Deloitte: (A) concede a Enapor todos os direitos aos Resultados, exceto na medida em que inclua Deloitte Technologies; e (B) concede a Enapor o direito de uso, para efeitos internos, de quaisquer Deloitte Technologies incluídas nos Resultados para uso deste. Sem prejuízo do acima exposto, a Deloitte e os seus subcontratados ou licenciadores retêm todos os direitos sobre todas as Deloitte Technologies.

2- “**Deloitte Technologies**” constituem os materiais, informação, Know-how, software, *System interfaces*, *templates*, metodologias, ideias, conceitos, técnicas, ferramenta, processos e tecnologias, incluindo baseadas na internet e algoritmos ou outros direitos de propriedade intelectual criados antes ou independentemente da prestação dos Serviços ou da autoria da Deloitte ou dos seus Subcontratados como ferramenta utilizada na prestação dos serviços, bem como quaisquer modificações, melhoramentos ou trabalhos derivados.

3- A Enapor reconhece que a Deloitte e os seus subcontratados, no decurso da prestação dos Serviços, podem desenvolver ou adquirir experiência, qualificações, conhecimentos e ideias, os quais podem «ser devidamente usados por qualquer Entidade Deloitte.

4- Cabe à Enapor aprovar cada resultado, desde que esteja conforme e respeite os requisitos previamente estabelecidos na proposta.

5- A aprovação dos resultados considera-se definitiva sempre que a Enapor não comunique a sua desconformidade à Deloitte até 15 (quinze) dias após a respectiva entrega ou sempre que a Enapor faça uso produtivo do mesmo, conforme o que ocorra primeiro.



Cláusula 16ª

(Independência e Conflitos de Interesse)

1 -A Enapor garante que antes de celebrar o presente contrato divulgou à Deloitte a sua estrutura acionista, incluindo as respetivas percentagens de participação, e informou se o, acionista ou sócio é ou será eventualmente auditado por qualquer sociedade da Rede Deloitte, em Portugal ou no estrangeiro.

2 -Durante a vigência do presente contrato da Enapor concorda em notificar a Deloitte de qualquer alteração efetiva ou potencial na sua estrutura acionista, assim que tiver conhecimento de tal alteração.

3 -Cabe à Deloitte a prévia verificação de quaisquer situações de conflitos de interesses na prestação dos Serviços, sem prejuízo de a Enapor dever informá-la sobre qualquer potencial situação que conheça ou de que tome conhecimento no âmbito do Contrato.

4 -No caso de a Deloitte notificar a Enapor de factos que afetem a independência da Deloitte (incluindo qualquer firma membro ou afiliada da DTTL), ou que afetem qualquer dos seus clientes por motivo de violação dos requisitos de independência aplicáveis ao auditor (incluindo mas não limitado a uma alteração da estrutura proprietária ou do auditor externo), a Enapor aceita que a Deloitte poderá rescindir o presente contrato com efeitos imediatos, sem qualquer penalidade.

Cláusula 17ª

(Anticorrupção)

As Partes comprometem-se, no desenvolvimento das suas atividades e no decurso do prazo do Contrato, a atuar em estrito cumprimento da legislação sobre prevenção e combate à corrupção, ao tráfico de influência e ao branqueamento de capitais, nomeadamente, a não oferecer, direta ou indiretamente, vantagens com o propósito de obter um desfecho favorável.

Cláusula 18ª

(Ações de Propriedade Intelectual)

1 -A Deloitte compromete-se a salvaguardar a Enapor de ações de terceiro a respeito de quaisquer resultados, ou do seu uso conforme permitido pelo presente contrato, que viole ou indevidamente se aproprie de qualquer patente conhecida da Deloitte, qualquer direito de cópia ou segredo comercial ("**Ação de PI**"). Neste caso a Enapor deve: (i)

Página 14 de 17



avisar a Deloitte de imediato e (ii) permitir que esta controle a defesa e assegure eventual transação. No âmbito de uma Ação de PI a Deloitte obriga-se a indemnizar a Enapor por valores determinados por tribunal competente, ou árbitro(s) aprovado(s) pela Deloitte, ou os que resultem de transação.

2 -Sem prejuízo, o disposto no n.º1 não se aplica na medida e que a Ação de PI resulte:

(i) da modificação dos Resultados para além da produzida pela Deloitte e seus subcontratados autorizados pela Enapor; (ii) do uso dos resultados em incumprimento do presente contrato; (iii) do não uso pela Enapor das correções ou modificações efetuadas aos Resultados ou cujo uso foi disponibilizado pela Deloitte; (iv) de informação, materiais, instruções, especificações, requerimentos ou desenho fornecidos por ou em nome da Enapor; (v) do uso dos resultados em combinação com quaisquer dados, produtos, serviços, software, plataformas, rede ou outra tecnologia não fornecidos pela Deloitte; ou (vi) de quaisquer dados, produtos, serviços, software, plataformas, rede ou outras tecnologias obtidos pela Deloitte de um terceiro fornecedor e incluído nos Resultados.

3 -Se o uso, total ou parcial dos resultados pela Enapor for inibido por decisão do tribunal competente em resultado de uma Ação de PI a Deloitte pode, à sua escolha e despesa:

(i) adquirir para a Enapor o direito continuar a usar os resultados; (ii) modificar os referidos resultados de modo a que deixem de ser violador de outros direitos, caso a opção escolhida pela Deloitte de substituir ou modificar os resultados não afete de modo substancial a mesma função.

4 -Na impossibilidade de adquirir, substituir ou modificar os referidos resultados nos termos acima estabelecidos, a Deloitte pode exigir da Enapor que cesse qualquer uso do mesmo e, nesse caso, a Deloitte reembolsará a Enapor dos honorários pagos a respeito desses resultados.

5 -Esta cláusula constitui o único e exclusivo meio de reparação para a Enapor constituindo, como tal, a única e exclusiva obrigação da Deloitte em caso de violação ou uso indevido de qualquer patente, direito de cópia ou outro direito de propriedade intelectual de terceiro. Se esta cláusula for, no todo ou em parte, considerando judicialmente como inválido ou ineficaz, a responsabilidade agregada da Deloitte ou das Entidades Deloitte por tal Ação de PI não excederá o montante proporcional da sua culpa e consequente responsabilidade.



Cláusula 19ª
(Comunicações)

As Partes reconhecem e aceitam que: (i) podem corresponder-se ou enviar informação por e-mail, salvo indicação por escrito em contrário; (ii) não têm o controlo do desempenho, segurança, disponibilidade, acessibilidade e conformidade do correio eletrónico e; (iii) não têm responsabilidade por qualquer perda, dano, despesa, lesão ou inconveniente resultante da perda, dano, interceção, usurpação, violação ou modificação de qualquer e-mail devido a qualquer razão fora do seu controlo.

Cláusula 20ª
(Força Maior)

Reconhecendo que a epidemia decorrente da propagação da doença provocada pelo novo Coronavirus ("**Covid-19**") pode constituir uma causa de força maior nos termos das nossas Condições Gerais de Serviços, a Deloitte & Associados, SROC S.A. e a Empresa comprometem-se trabalhar de forma colaborativa e de boa fé para acordar quaisquer alterações aos termos acordados que sejam necessárias para mitigar o impacto adverso sobre a nossa auditoria, incluindo, mas não se limitando, à calendarização, ao plano de emissão dos relatórios, à abordagem, aos métodos, às práticas de trabalho e quaisquer custos adicionais associados.

Cláusula 21ª
(Lei aplicável, Litígios e Foro)

1 -A interpretação e execução do presente contrato regem-se pela Lei Cabo-Verdiana.
2 -As partes acordam na resolução negociada, pela respetiva administração, de qualquer disputa ou direito em relação ao presente contrato. Se a disputa não for resolvida por negociação, qualquer das partes pode participar num processo de Resolução Alternativa de Disputas. O processo seguir a via judicial se no prazo de 60 (sessenta) dias não houver resolução da disputa ou direito. Este procedimento de resolução de qualquer disputa não inibe qualquer das partes de acionar direitos de propriedade intelectual, segredos comerciais, informação confidencial ou para preservar qualquer direito a indemnização.



3 - Na falta de acordo, nos termos do disposto no número anterior, para a resolução de qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato as partes elegem o Tribunal da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa a qualquer outro.

4 - As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

5 - Este Contrato, constituído por 18 (dezoito) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

Assim o outorgam.

Feito na cidade do Mindelo, ao 27º dia do mês de janeiro de 2022

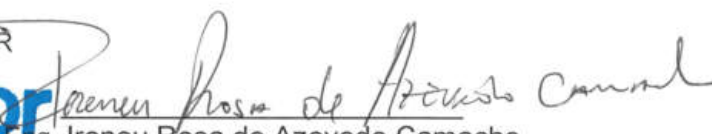


Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração

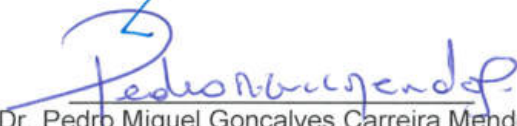


Enapor
Portos de Cabo Verde

Deloitte



Eng. Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo



Dr. Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes
Administrador



Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira
Presidente do Conselho de Administração